

DIVERSIDADE SEXUAL E EDUCAÇÃO FORMAL

Rafael da Silva Fonseca¹

Dagmar Fonseca Souza² (orientadora)

RESUMO

Este trabalho tem como principal intuito conhecer e discutir a relação estabelecida entre a diversidade sexual e educação formal. Foi realizado um estudo bibliográfico, cujo método de pesquisa foi a qualitativa, constituindo o recurso metodológico utilizado para a estruturação deste trabalho. A legislação educacional vigente deixa claro que o aluno tem acesso à educação, independentemente de sua cultura, raça, classe social, etnia ou orientação sexual. Entretanto, o aluno homossexual, dentro do espaço escolar, ainda sofre com atos preconceituosos. Ele é visto como um ser diferente, fora dos parâmetros heteronormativos impostos pela sociedade, sendo discriminado por toda a comunidade escolar. Deste modo, o preconceito surge dentro da escola podendo se manifestar de maneira explícita ou implícita, tornando-se, assim, um tema de difícil abordagem, reforçando a cultura heteronormativa.

Palayras-chave: Diversidade sexual: Preconceito na escola. Heteronormatividade.

Introdução

O espaço escolar atual é um ambiente considerado heterogêneo, ou seja, há uma grande diversificação cultural presente nele. Alunos negros e brancos, de classe média ou alta, advindos da zona rural ou de comunidade quilombola frequentam e convivem juntos na escola. Dessa forma, o aluno homossexual (bissexuais, travestis, transgêneros) também participa desse convívio, sendo parte integrante da variedade cultural existente no âmbito escolar. Porém, este mesmo aluno ainda sofre com a intolerância dentro da escola, uma vez que, há uma dificuldade significativa em trabalhar as sexualidades dentro dela. O tema da diversidade sexual não recebe a atenção necessária, fazendo com que o aluno homossexual seja, cada vez mais, vítima do preconceito e da intolerância.

Sexualidade: Caracterização

¹ Graduado em Pedagogia, pela Universidade do Estado do Pará – UEPA

² Docente na Universidade Estadual do Pará - graduada em Psicologia e especialista em Psicopedagogia Clinico-Institucional.



Segundo Ferreira (2010, p. 1927), sexualidade refere-se à –qualidade de sexual. O conjunto dos fenômenos da vida sexual. Por outro lado, vindo com uma visão mais abrangente de sexualidade, Louro (2000, p. 9) afirma que:

[...] a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente "natural" nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, consequentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade.

Deste modo, é viável afirmar que a sexualidade tem forte relação com os aspectos sociais e culturais do homem, sendo ela construída socialmente, baseada em vivências e interação com o meio em que se vive, sem vínculo, contudo, com padrões e regras preestabelecidas com base em conceitos biológicos e/ou físicos. Então, sob essa perspectiva, surge o termo diversidade sexual, que, de acordo com Figueiró (2007, p. 10), -[...] abrange pessoas: heterossexuais, homossexuais, bissexuais e, também, transgêneros, ou seja, travestis e transexuais. Para melhor entendimento são necessárias algumas definições.

Histórico da diversidade sexual

Ao analisar a trajetória da evolução da humanidade é possível verificar que a diversidade da sexualidade sempre se fez presente. A diferença, nesse sentido, sempre possuiu seu lugar, e que ela, por conseguinte, é tão antiga quanto a humanidade. Deste modo, de acordo com Moreira Filho (2008, p. 1):

A verdade é que, a homossexualidade não é algo novo no comportamento humano, não se trata de uma forma —moderna de viver. A homossexualidade é algo que já existe há muito tempo, ou seja, mesmo antes de Cristo, já se verificava a existência de relações homossexuais.

Então, pode-se afirmar que a diversidade sexual não é algo novo e contemporâneo, ela está presente desde os primeiros registros de vida na terra. Dessa forma, a hom/ossexualidade não é caracterizada como uma tendência ou um modismo, pois é algo que existe há muito tempo, sendo, portanto, comum e presente na sociedade.

Entretanto, a diversidade sexual nem sempre foi tratada como -diferença em algumas civilizações e sociedades:



Para os povos antigos, a definição de homossexualidade não existia. As tribos das ilhas de Nova Guiné, Fiji e Salomão, no oceano Pacífico, há cerca de dez mil anos, praticavam o homossexualismo como uma forma de ritual. [...] na Grécia e na Roma Antiga, relações sexuais entre homens mais velhos e jovens do mesmo sexo eram uma prática cotidiana (GOMES, 2013 p. 40).

Deste modo, o comportamento homossexual - nestas e em outras sociedades - é considerado normal, isto é, o ato homossexual não era marginalizado e criminalizado. -Em algumas cidades como Esparta, a pederastia¹ era regulamentada por lei que punia aqueles que não escolhiam um rapaz para ser seu amado, como descreve Corrêa Júnior et. al. (2010, p. 45). Todavia, é necessário considerar as crenças e os valores contidos nessas civilizações, como na Mitologia grega, romana ou entre deuses hindus e babilônios, por exemplo, o homossexualismo existia, como lembra Gomes (2013. p. 40). Porém, a visão que estes povos tinham com relação à homossexualidade foi alterada com o surgimento do -Cristianismo, que passou a condenar toda e qualquer forma de atividade sexual estéril (MOREIRA FILHO, 2008). Nesse sentido, homossexuais incomodavam por constituírem uma anomalia no sistema que exigia a procriação. O homossexual foi transformado numa -espécie ameaçadora da máquina como se uma minoria que não se reproduz ao praticar sexo fosse realmente induzir a humanidade à extinção, (MAGNAVITA, 2012). Nessa perspectiva, Foucault (1988) descreve que, no final do século XVIII, as relações sexuais eram regidas pelo direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil, ou seja, a norma imposta por eles se fundamentava nos ideais do matrimônio, nos cônjuges heterossexuais, tanto que, nesse período, se um indivíduo saísse desse padrão, ele, automaticamente, era condenado, isto é, os tribunais podiam condenar os homossexuais pelo fato de não constituírem a comunidade que seguia a regra do casamento entre pessoas heterossexuais. Além dessa condenação -legal, os homossexuais eram condenados socialmente, vistos como os que eram -contra-a-natureza. Deste modo, a sociedade, em sua grande maioria, passou a ter um olhar diferenciado para com o ato homossexual. A prática sexual entre pessoas do mesmo sexo deixou de ser aceita – perdeu o status de naturalidade, se tornando um ato perverso, imoral e pecaminoso. Em outras palavras, o surgimento da discriminação contra aqueles que fugiam dos padrões heteronormativos², começa a fazer-se presente.

¹ De acordo com Ferreira (2010, p. 1590), a pederastia é o "contato sexual entre um homem e um rapaz bem jovem", caracterizando, portanto, o ato homossexual.

Segundo Figueiró (2007), a heteronormatividade relaciona-se à aprovação social que a sociedade possui

diante da heterossexualidade. Apenas o relacionamento afetivo/sexual entre duas pessoas de sexos diferentes é aceito, tonando-se a regra geral para o convívio conjugal entre dois indivíduos.



Educação formal: caracterização

De acordo com Ferreira (2010, p. 755), educação é o –processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor interação individual e social. Segundo Brunner (1994, p. 88) a educação –trata-se de interações sociais pelas quais as pessoas procuram modificar o comportamento, as disposições comportamentais e as características de personalidade de outras pessoas tendo em vista uma meta.

Para que seja possível a compreensão da trajetória da educação e sua relação com o homem, torna-se necessário tomar como referência os povos e civilizações antigas, uma vez que, estes tiveram participação significativa no processo de evolução da educação, isto é, foram os pioneiros na estruturação de formas de ensino e/ou métodos de aprendizagem e, que por estes motivos, seu estudo se torna indispensável para o entendimento e análise da história da educação.

Educação na Antiguidade

Por volta do século V a.C. é criada a palavra *paidéia*, que de início significa apenas criação dos meninos (pais, *paidós*, -criança)³. Alguns estudiosos da época tentaram atribuir outros sentidos e significados para o termo, em outras palavras, estes tinham um entendimento diferenciado em relação à *paidéia*, questionando a primeira definição. Mais adiante, em decorrência de tais questionamentos, o termo passou a ter um significado mais amplo. A *paidéia* grega passou a fazer referência à formação integral do homem, aquela que concebe o homem em sua totalidade.

Então, é viável afirmar que na Grécia – especificamente no período clássico, entre os séculos V e IV a.C – surgiram estudos que resultaram nas primeiras concepções pedagógicas, por isso que, o mundo grego, principalmente nesse período, –foi pródigo em tendências educacionais, como lembra Palma Filho ([s.d], p. 1), ou seja, foi onde a pedagogia, definitivamente, teve seu nascimento. Assim, nesse contexto, surge o termo *paidagogos*, que –significa literalmente aquele que conduz a criança (*agogós*, –que conduz), no caso o escravo que acompanha a criança à escola⁴. Deste modo, os gregos passam, a parti daí, a participar de discussões referentes à educação e, consequentemente, à pedagogia também. Em função de tais discussões, algumas linhas pedagógicas começam a tomar forma, tanto que essas mesmas linhas pedagógicas passam

⁵ LIONÇO; DINIZ, 2009, p. 11.

⁶ Ibid., p. 9.



a influenciar por séculos a cultura ocidental, deixando uma importante contribuição para a história da educação.

DIVERSIDADE SEXUAL E EDUCAÇÃO FORMAL: O que diz a legislação educacional

No interior das escolas brasileiras atuais é possível verificar uma variedade cultural bastante significativa e cada vez mais presente. É comum encontrar alunos de características diferenciadas convivendo em um mesmo espaço, constituindo uma comunidade discente heterogênea, realidade esta, que seria impossível presenciar em outros contextos históricos, nos quais a educação era privilégio de poucos. Em outras palavras, o ensino não abrangia todos os segmentos sociais, como aconteceu, por exemplo, no período da Primeira República (1889 a 1930), quando o modelo educacional era exclusividade daqueles que constituía a comunidade elitista, segundo Piletti e Piletti (1996).

Atualmente, no que diz respeito ao acesso à escola pública, todos têm pleno direito de ingresso sem nenhuma restrição. O Art. 3°, Inciso I, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, afirma que o ensino será ministrado com –igualdade de condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1996, p. 9). Assim, pode-se concluir que, o espaço escolar atual, de acordo com a legislação educacional vigente, é um ambiente multicultural, que contribui para o desenvolvimento do educando, levando-o a compreender e respeitar a diferença presente no âmbito escolar.

Ainda sobre o dever da escola para com essa diversificação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica afirmam que:

A educação destina-se a múltiplos sujeitos e tem como objetivo a troca de saberes, a socialização e o confronto do conhecimento, segundo diferentes abordagens, exercidas por pessoas de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e de aldeias. (BRASIL, 2013, p. 25).

Portanto, o sistema educacional em vigor, sob a perspectiva legal, é um sistema inclusivo, que contextualiza e respeita as múltiplas caraterísticas presentes no cotidiano escolar, respeitando toda e qualquer manifestação cultural, uma vez que, o âmbito educacional de hoje pode ser considerado um dos espaços mais democráticos já vistos, devido à variedade cultural presente

⁵ LIONÇO; DINIZ, 2009, p. 11.

⁶ Ibid., p. 9.



nele, acolhendo não só alunos de diferentes contextos sociais, mas, também, professores e funcionários, formando uma comunidade escolar heterogênea.

Da legislação ao cotidiano escolar

O aluno, independentemente de seus costumes, religião ou classe social, tem direito de ingresso na educação básica assegurado por lei, e as características e especificidades deste mesmo aluno têm de ser respeitas pelos professores. Atos excludentes não devem ocorrer no interior das escolas, e sim atos includentes.

A diversidade sexual – fator cada vez mais presente no contexto escolar – não é discutida pelos educadores, uma vez que ela –[...] comparece nas escolas e nos instrumentos pedagógicos de modo diferenciado. Tende a ser invisibilizada, é escassamente tematizada como conteúdo didático-pedagógico [...]⁵. Em virtude disso, acaba sendo algo marginalizado pela escola, constituindo uma barreira entre o tema e o alunado. Todavia, professores e profissionais da educação necessitam considerar a relevância da discussão da diversificação sexual, uma vez que:

A função da educação não se reduz à transmissão formal de conhecimentos, sendo a escola um espaço público para a promoção da cidadania. O Estado democrático de direito assegura o reconhecimento da diversidade de valores morais e culturais em uma mesma sociedade, compreendida como heterogênea e comprometida com a justiça e a garantia universal dos direitos humanos e sociais. A vivência escolar permite a apresentação da realidade social em sua diversidade.⁶

Sob essa ótica, a escola, além de cumprir com sua função educacional formal, desempenha seu papel de mediadora das práticas sociais. O trabalho da discussão dos fatores e aspectos que acontecem fora de seu contexto devem ser considerados e debatidos, tendo em vista que, o aluno será mais reflexivo, seu senso crítico será trabalhado e, com isso, sua vivência e relação com o meio será, portanto, efetiva.

Ainda fazendo a análise da relação estabelecida entre diversidade sexual e educação, Ribeiro; Soares e Fernandes (2009, p. 185) afirmam que:

[...] a escola, espaço público e coletivo por excelência, importante instância social constituidora de identidades, evita discutir e problematizar as sexualidades e as possíveis identidades sexuais. Muito pouco tem ela oportunizado discussões sobre os processos em que os sujeitos ditos -diferentes (como as pessoas gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros) são objeto de preconceito e estigma, por considerar ou entender que existe uma única forma de sexualidade -normal e que essa temática é uma questão privada e difícil de ser abordada nesse ambiente.

⁵ LIONÇO; DINIZ, 2009, p. 11.

⁶ Ibid., p. 9.



Então, a escola, por não promover discussões acerca da diversidade sexual, acaba contribuindo para a disseminação do preconceito, o que é preocupante, haja vista que, atos preconceituosos e discriminatórios podem gerar sérios danos psicológicos à pessoa homossexual, visto que, ela fica exposta a constrangimentos e situações desconfortáveis no seu dia a dia, tanto fora quanto dentro do espaço escolar. Nesse sentido, alunos que se dizem adversos a outros alunos homossexuais, isto é, discriminador e discriminado, convivem juntos no âmbito escolar, e que, ao mesmo tempo, possuem as mesmas dúvidas com relação à sexualidade, de acordo com Santos (2011). Contudo, os alunos, em sua grande maioria, sentem a necessidade de debater o tema da diversidade sexual, para que suas dúvidas e questionamentos sejam ouvidos, tendo em vista que, por estarem em fase de desenvolvimento (moral, físico, psíquico) precisam de mediação, pois sem ela não há como oferecer formação intelectual adequada para estes alunos.

Já os PCNs que tratam da pluralidade cultural e orientação sexual dizem que a temática em questão é trabalhada como tema transversal nas escolas públicas brasileiras, proporcionando aos educadores diretrizes pedagógicas e mecanismos didáticos para a discussão do assunto em sala de aula (BRASIL, 1997). Entretanto, não basta apenas transformar em tema transversal, visto que:

A diversidade sexual não é um tema a ser forçosamente discutido em sala de aula devido a concepções teóricas sobre o ser humano e a sexualidade: é um tema a ser discutido porque se faz presente na realidade social, e sua presença é marcada por uma moralidade hegemônica heteronormativa, que se desdobra em sérios prejuízos sociais e violação de direitos para muitos. (LIONÇO; DINIZ, 2009, p. 13).

Deste modo, a temática da diversidade sexual vai muito além de um mero tema transversal (tendo caráter obrigatório), mas sim, é um tema que requer atenção por fazer parte da vida cotidiana do aluno. O ensino deve ser contextualizado, ele não pode desconsiderar a vivência dos educandos, pois, estas mesmas vivências são partes constituintes do desenvolvimento do aluno. É algo importante para ele, e que a escola deve integrá-las à prática escolar, contribuindo para a aquisição de conhecimento do aluno e para sua relação, compreensão e aceitação da variedade cultural.

A construção do preconceito na escola: Alguns relatos

De acordo com Louro (2000, p. 13), -a heterossexualidade é concebida como"natural" e também como universal e normal. Nesse sentido, pessoas homossexuais, por não constituírem a comunidade dita normal (por não fazerem parte dos parâmetros heteronormativos) sofrem discriminação e são vítimas constantes de atos preconceituosos.

Então, o preconceito nasce da falta do diálogo e/ou discussão acerca da existência da diversidade sexual, como afirmam Araújo & Camargo (2012, p. 105) a sexualidade humana



sempre foi abordada com receios e certo rigor impostos pelos moldes sociais, e que, em virtude disso, um tabu foi criado ao redor da temática, e que esse mesmo tabu ainda é uma realidade, principalmente no contexto escolar. Dessa forma, o preconceito se faz presente dentro da escola, mesmo que de forma implícita, como é possível perceber na seguinte fala de um professor da rede pública de ensino do estado da Bahia:

A minha formação acadêmica não contempla uma discussão desse tipo, a minha formação acadêmica é para ensinar conteúdos, não é para ser psicólogo para tratar com problemas com crianças que tem e que são vitimas de preconceito [...]. (FERREIRA, 2012, p. 34).

Fica evidente na fala deste educador que seu compromisso com a educação é apenas a transmissão formal do conhecimento, em outras palavras, percebe-se traços do ensino tradicionalista – aquele ensino pautado apenas no magistério, não estabelecendo relação com a comunidade discente. Deste modo, o professor pratica o ato preconceituoso de maneira indireta, pois ele evita o contato com a temática, deixando seus alunos com suas dúvidas e questionamentos, ou seja, o professor adota uma conduta omissa, fechando os olhos para a diversidade sexual presente no âmbito escolar. Nesse sentido, também é fácil identificar a posição omissa na fala da seguinte educadora que atua na Rede Pública de Ensino da cidade de Londrina, no estado do Paraná:

Ter preconceito sempre leva à discriminação, mas sempre procuro não me posicionar em público, pois acaba criando discussões. Quando surge numa roda de amigos, colegas, esse assunto, procuro não me posicionar, pois cada um tem o direito de ser ou agir como quiser. (FIGUEIRÓ, 2007, p. 55).

Nesta fala não há traços de um discurso discriminador e preconceituoso — de forma direta. No entanto, existe um receio que acaba tornando-se omissão, pois se ela evita a discussão fora da escola, com pessoas de seu ciclo de amizade, dentro dela é que essa discussão não será efetiva. Portanto, ser omisso é, também, ser preconceituoso, ainda que de forma indireta.

Entretanto, o preconceito também existe na escola de forma explícita e direta, como é perceptível na fala de um estudante da rede pública de ensino no interior do estado do Pernambuco, quando foi solicitada a sua opinião com relação ao homossexualismo: eu acho um negócio nojento, sem pé nem cabeça⁷. Neste caso, fica evidente que esse aluno não concebe a diversificação sexual e que, ao mesmo tempo, está implícito em sua fala que ele sequer tem conhecimento da existência das sexualidades. Para ele, o homossexualismo parece ser algo desconhecido, fora da normalidade, portanto, algo irreal. Outro jovem foi ainda mais contundente em seu posicionamento referente ao homossexualismo: "eu sou macho, sou homem⁸. Nessa fala é possível perceber a presença do preconceito de maneira extrema. Por mais que esteja falando de si próprio, esse aluno define com clareza que o certo é ser macho. Então, com base nesses dois últimos depoimentos, fica claro a presença da homofobia, que, como lembra Borrillo (2009), a homofobia é baseada em ações hostis para com homossexuais, consistindo em



manifestações arbitrárias em qualifica-los como anormal, inferior ou contrário. Geralmente, a homofobia atinge não só os homossexuais, mas também os travestis, os bissexuais, os transgêneros, enfim, todos aqueles que não fazem parte dos paradigmas heteronormativos.

Alguns educadores veem a homossexualidade como algo que vai contra as regras naturais da vida, como se pode analisar no fragmento que se segue: –Eu não concordo, mas não sou contra quem pratica. Eu sinto uma falta de respeito contra o próprio corpo da pessoa que é homossexual; vai contra os princípios da própria natureza humana [...] (FIGUEIRÓ, 2007, p. 48-49). Além da crença de que a sexualidade humana é regida por parâmetros naturais, observase nessa fala uma incongruência quando é dito que é contra a prática homossexual, mas não é contra a quem pratica. Isto é, há uma resistência em aceitar as sexualidades, é uma tentativa de aceitação, porém, o discurso acaba tomando rumos que levam ao preconceito e à intolerância. Na seguinte fala também se verifica uma resistência:

Meu preconceito é, como se chama, com o gay. Meu preconceito não é totalmente em cima da pessoa. É, por exemplo, se a pessoa que é gay vier com gracinhas para mim⁹. Na fala desse aluno da rede pública de Teresina, no estado do Piauí, há uma ideia confusa, pois é dito que seu preconceito é contra o gay e não contra a pessoa, em outras palavras, existe uma vontade de aceitar as sexualidades, porém, essa mesma vontade é derrubada pelo medo do homossexual, como é possível verificar no final do depoimento, como se todos os homossexuais fossem portadores de algum tipo de patologia que os tornem perigosos ou instáveis, a ponto de manter distância deles. Esse sentimento se repete no seguinte depoimento feito por um estudante da rede pública de ensino de Cuiabá, capital do estado do Mato Grosso:

Ah, eu não gosto de gay, sabe? [...] mas se chegar também, eu fico com raiva, eu não gosto, eu conheço vários sapatão, mas eu não gosto, sabe? Se quiser ser, tudo bem, né? Mas ele lá e eu aqui, converso numa boa, tenho vários amigos assim, só que ele lá e eu aqui. 10

A aversão ao homossexual é bastante nítida nesse depoimento. Para este aluno, a interação entre heterossexuais e homossexuais torna-se inviável, visto que, o medo é o principal agente na construção não só do preconceito, mas, também, da aversão e da discriminação contra a pessoa homossexual. Dessa forma, o aluno, vítima dessa discriminação, na maioria dos casos, desiste de frequentar a escola, isto é, não se sente mais motivado em participar da vida escolar. Isso se confirma no seguinte depoimento: –Teve um menino que era homossexual, os alunos ficavam chateando ele e os professores não ligavam, que ele desistiu de estudar¹¹. Esta é uma situação vivenciada em uma escola pública de Maceió, na qual o jovem desiste de ir à aula pelo fato de se sentir desamparado pelos professores. Ele, além de ser discriminado pelos outros alunos é, também, pelos educadores.

Outros são ainda mais extremos, como conta este professor que atua na rede pública de Belém, capital do estado do Pará: -Eu tenho um caso com um aluno do primeiro ano, que é



homossexual. E um professor do segundo ano passou por ele no corredor e disse que ele é um ser extraterrestre, que é uma aberração¹². Atitudes como essa contribuem de maneira significativa para que o aluno sinta-se desencorajado para ir à escola, visto que, este mesmo aluno fica cada vez mais isolado no âmbito escolar, sendo vítima diária do preconceito e discriminação dentro da escola.

Entretanto, os que promovem o preconceito na escola não são apenas professores e alunos, mas, também, diretores e gestores educacionais, como fica claro na seguinte fala: "[...] se for fazer isso a gente acha que é melhor transferir você ou chamar seu pai e sua mãe prá dar um jeito na sua vida (OLIVEIRA; MORGADO, [s.d], p. 10). Essa é uma fala de uma aluna homossexual que também estuda na rede pública da cidade de Cuiabá, narrando a reação do diretor da escola ao ter conhecimento de sua condição sexual. É notável a presença da ignorância nessa verbalização, uma vez que, além de ver o fato como um problema, ele faz uma ameaça à aluna. Ele menciona a possibilidade de transferi-la para outra instituição de ensino, na intenção de repreender e corrigir o –problema, que, na verdade, o que realmente ocorre é uma transferência de responsabilidade profissional, ignorando a diversificação sexual presente na escola, contribuindo para a exclusão e marginalização das sexualidades.

Portanto, com base nesses relatos de experiência, pode-se afirmar que o preconceito na escola acontece não só entre alunos, mas, também, entre professores/alunos, gestores/alunos. A dúvida com relação à sexualidade humana paira sobre educadores e educandos. Entretanto, levando em consideração a cultura heteronormativa, cada um desses agentes que compõem a comunidade escolar, por ter suas crenças e posicionamentos pessoais para com as sexualidades, pode estabelecer uma relação conflituosa com a diversidade sexual, colaborando com a massificação e efetivação do preconceito para com a pessoa homossexual.

Considerações finais

A escola, do ponto de vista crítico-reflexivo, possui importância significativa na construção de uma sociedade mais justa e mais humana. Ela é fundamental para o desenvolvimento humano, tendo em vista que, o espaço escolar é um ambiente de vivência, que promove relações interpessoais, isto é, desde muito cedo, ainda quando criança, o aluno, dentro da escola, vive situações de interação com outros alunos, professores e com o próprio ambiente, levando-o à compreensão da dinâmica social, suas características e diversificações.

Sob essa perspectiva, a escola deve reconhecer sua importância na vida de seus alunos, propiciando-os um ensino contextualizado e universalizado, com o objetivo de formar cidadãos críticos, aptos para o pleno exercício da cidadania. No entanto, para que essa tarefa seja, de fato, cumprida, ou, pelo menos iniciada, é necessário que os profissionais atuantes dentro da escola



tenham consciência disso, uma vez que, não há possibilidade de promoção da cidadania se a escola posiciona-se de maneira negativa para as especificidades da comunidade discente, como a diversidade sexual, por exemplo.

A escola não deve negar o fato de que dentro dela há a presença da diversificação sexual, muito pelo contrário, ela necessita prover meios que levam a discussão do tema em seu espaço. Esse debate pode ser feito por meio de seminários, palestras, ou até mesmo através de mesas redondas, com a participação de profissionais da saúde ou da assistência social, para que os educandos possam visualizar que a sexualidade humana não é apenas baseada na heterossexualidade, e que o homossexual não é um ser tido como diferente. A participação do campo da saúde e assistência social torna-se importante nesse contexto, pois essas áreas ajudam na compreensão das sexualidades. A primeira pode destacar o cuidado com o corpo e no que diz respeito ao próprio ato sexual, entre pessoas de mesmo sexo ou não, e a segunda pode vir com o trabalho do combate à discriminação e violência contra o homossexual, conscientizando os alunos do lugar de cada um deles na sociedade, sendo heterossexual, homossexual, transgênero ou travesti. Nesse sentido, a presença dos pais dos alunos torna-se importante, uma vez que, muitos deles não concebem e também possuem dúvidas com relação à diversidade sexual, ou seja, esse trabalho de conscientização não só atenderá os educandos, mas, ao mesmo tempo, seus pais e responsáveis.

Por fim, a discussão das sexualidades dentro do espaço escolar se faz imprescindível, uma vez que, a escola dispõe de um ambiente propício ao aprendizado, e que os alunos possuem dúvidas com relação à política, à ciência, ao seu papel na sociedade e, também, sobre a sexualidade humana. No entanto, sabe-se que a escola, na tentativa de debater a diversidade sexual, enfrentará diversos obstáculos, tendo em vista que, a cultura heteronormativa é um dos principais aspectos que contribuem para estruturação e efetivação desses obstáculos. O trabalho da discussão das sexualidades no espaço escolar atual possui suas limitações e dificuldades, haja vista que, o preconceito que circunda o tema ainda se faz presente, mesmo dentro da escola, que, por sua vez, deveria ser um espaço que valorizasse a diversidade e a heterogeneidade do alunado, visando seu desenvolvimento integral.

Portanto, esses obstáculos precisam ser quebrados para que a sociedade possa evoluir e a educação é decisiva neste processo. A educação detém o poder da transformação social por meio de ideias, debates e discussões do que se vê na vida cotidiana e que, cabe a ela, problematizar as práticas sociais e o que é vivido pelo aluno, sendo a diversidade sexual parte integrante dessa vivência social.



REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude e sexualidade** / Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro e Lorena Bernadete da Silva. Brasília: UNESCO. Brasil, 2004.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação** / Maria Lúcia de Arruda Aranha. 2. Ed. Ver. E Atual. – São Paulo: Moderna. 1996.

ARAÚJO, Rubenilson Pereira de; CAMARGO, Flávio Pereira. Gênero e Diversidade Sexual no Currículo Escolar: Uma Abordagem Inter e Transdisciplinar no Ensino e na Formação De Professores. jan./jul. 2012. **Revista ENTRELETRAS**. Araguaína/TO. v. 3, n. 1, p. 104-123.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. [Lei Darcy ribeiro (1996)]. LDB : **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]. – 8. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

_____ Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.** – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRUNNER, Reinhard. **Dicionário de Psicologia e Psicopedagogia Educacional** / Brunner, Zeltner; Tradução de Cacio Gomes; Revisão Técnica de Helga H. Reinhold. – Petrópolis, Rj: Vozes, 1994.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: **Homofobia & Educação: Um desafio ao silêncio.** Organizado por Tatiana Lionço e Débora Diniz. Brasília: LetrasLivres : EdUnB, 2009. Cap. II. p. 15-46.

CORRÊA JÚNIOR Et. al. Homossexualidade e Construção de Papéis. jan./jun. 2010. **Revista de Psicologia**. v. 1 n. 1, p. 43-48.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa** / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Margarida dos Anjos. – 5. Ed. – Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Tais de Sousa. **Montando Um Quebra Cabeças: Qual Lugar Da Diversidade Sexual Na Escola?** In: XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. - UNICAMP - Campinas – 2012.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Homossexualidade e educação sexual : construindo o respeito à diversidade** / Mary Neide Damico Figueiró (org.). – Londrina : UEL. 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade saber.** Tradução de Maria Thereza Albuquerque. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1988.

GOMES, Kelli. Felicidade no fim do arco-íris. Fev. de 2013. **Revista Psiquê**. Ano VII. Nº 86. p. 36-48.



LIONÇO, Tatiana. DINIZ, Débora. Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros? In: **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio** / Tatiana Lionço; Debora Diniz (Organizadoras). Brasília: Letras Livres: Ed. UnB, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: **O Corpo Educado. Pedagogias Da Sexualidade.** / Organizado por Guacira Lopes Louro. 2 ed. Autêntica. Belo Horizonte. 2000. Cap. 1. p. 7-35.

MAGNAVITA, Alexey Dodsworth. O Surgimento dos Homossexuais. 2012. **Revista Filosofia.** Ano VI. Nº 70. Araguaia. pp. 14-22.

MOREIRA FILHO, Francisco Carlos. A Homossexualidade e Sua História. **Revistas Eletrônicas Toledo presidente prudente.** V. 4. No. 4. 2008. Disponível em: http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1646/1569. Acesso em: 21 de Abril de 2014. Às 14h23min.

OLIVEIRA, Meire Rose dos Anjos. MORGADO, Maria Aparecida. **Jovens, sexualidade e educação:** homossexualidade no espaço escolar. [s.d]. Disponível em: http://www.emdialogo.uff.br//sites/default/files/GT23-2357--Int.pdf. Acesso em: 23 de Julho de 2014. Às 09h00.

PALMA FILHO, João Cardoso. **A Educação Através dos Tempos**. Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) Júlio de Oliveira Filho. [s.d]. Disponível em: http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/173/1/01d06t01.pdf. Acesso em: 21 de Abril de 2014, às 13h24min.

PILETTI, Nelson. PILETTI, Claudino. **História da Educação.** São Paulo. Ed. Ática S.A. 1996.

RIBEIRO, Paula Regina Costa; SOARES, Guiomar Freitas; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. A Ambientalização de Professores e Professoras Homossexuais no Espaço Escolar. In: Rogério Diniz Junqueira (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: Problematizações Sobre a Homofobia nas Escolas. Brasília**: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 183-211.

SANTOS, José Aniervson Souza dos. **Sexualidade Juvenil: o discurso sobre a sexualidade no espaço escolar** / José Aniervson Souza dos Santos. – Surubim: IPJ, 2011.